

JUSTIFICATIVA

Nos termos do artigo 96, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional anteprojeto de lei examinado e aprovado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pelo Tribunal Superior do Trabalho, que trata da criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, sediado em Belo Horizonte - MG.

A proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça, em observância ao disposto no art. 88, IV, da Lei nº 11.178/2005, ficando parcialmente aprovada na Sessão realizada em 26/8/2008 para a criação de 50 (cinquenta) cargos efetivos de Analista Judiciário e 150 (cento e cinquenta) cargos efetivos de Técnico Judiciário.

Com o advento da Lei nº 10.770/2003, foram criadas na Justiça do Trabalho da 3ª Região mais 23 Varas do Trabalho, perfazendo o total de 137, o que representou um acréscimo de 158% em relação a 1989.

Além desse crescimento, observa-se, também, a ampliação da competência daquela Justiça Especializada, pois, com a introdução do § 3º do art. 114 da Constituição Federal, através da emenda Constitucional 20/98, a Justiça Trabalhista passou a executar, de ofício, as contribuições sociais previstas no art. 195, inciso I, alínea "a" e inciso II da referida Carta Magna, e ainda seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças proferidas.

No ano de 2.000, com a edição da Lei nº 9.957, foi instituído o procedimento sumaríssimo no processo trabalhista, que determinou dentre outras disposições, a apreciação da reclamação no prazo máximo de 15 dias do seu ajuizamento, com instrução e julgamento em audiência única.

Em 12 de janeiro de 2004, veio a Emenda Constitucional nº 45, que ampliou a competência da Justiça do Trabalho, passando a abranger os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; ações que envolvem exercício do direito de greve; ações sobre representação sindical entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores; mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas datas* quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição; os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, inciso I, alínea "o"; ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho; ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho e outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho na forma da lei.

Visando atender ao aumento da demanda, o TRT- 3ª Região tem inovado seus procedimentos e realizado diversas ações, objetivando tornar mais célere a prestação jurisdicional, as quais vem sendo adotadas por diversos órgãos da justiça brasileira, destacando-se a criação do Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios, do Protocolo Integrado da Justiça Itinerante e os acordos nos Processos de Agravo de Instrumento

Não foram suficientes os esforços empreendidos por aquela Corte, que se valeu da requisição de servidores de outros órgãos federais, estaduais e municipais, para incrementar o quantitativo de pessoal, a fim de tornar a 3ª Região Trabalhista mais ágil e capaz de atender aos anseios da sociedade, dentro das determinações legais.

Essa foi a providência que se revelou hábil a impedir, provisória e precariamente, um sério comprometimento na prestação de serviços aos jurisdicionados. Dada a instabilidade em relação à manutenção desses servidores, que podem a qualquer momento retornar aos respectivos órgãos de origem.

Assim, o anteprojeto em apreço tem por objetivo solucionar a carência de pessoal no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, decorrente do crescente volume de trabalho, a fim de viabilizar o exercício da função precípua daquele órgão trabalhista e, por conseqüência, a qualidade da prestação jurisdicional.

Afigura-se imprescindível a criação dos cargos efetivos propostos, pois permitirá que o TRT da 3ª Região adote políticas internas no sentido de promover a lotação de acordo com as necessidades do serviço, com melhor suporte administrativo e jurisdicional.

Portanto, impõem-se urgentes providências no sentido de dotar a estrutura do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região dos meios indispensáveis ao desempenho satisfatório de suas atribuições, pelo que se propõe a criação dos cargos de provimento efetivo constantes do presente anteprojeto de lei ora submetido à apreciação de Vossas Excelências, representando as medidas aqui consubstanciadas inadiáveis necessidades de recursos humanos do referido Tribunal Regional.

Com estas considerações, submeto o anexo anteprojeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo, esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília-DF, de setembro de 2008.

RIDER NOGUEIRA DE BRITO

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

LEI Nº , DE DE DE .

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região os cargos de provimento efetivo constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região no Orçamento Geral da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF, de de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

ANEXO I

(Art. 1º da Lei nº , de de de)

CARGOS EFETIVOS	QUANTIDADE
Analista Judiciário	50
Técnico Judiciário	150
TOTAL	200